

Tradução de: VEBLEN, Thorstein. The Instinct of Workmanship and the Irksomeness of Labor. **American Journal of Sociology**, v. 4, 1898-99.

### O instinto do trabalho eficaz e o desgosto do trabalho

É lugar-comum na teoria econômica recebida dizer que o trabalho é um incômodo. Muitas discussões dependem do axioma de que, desde que estejam no domínio econômico, os homens desejam acima de tudo adquirir os bens produzidos pelo trabalho e evitar esse mesmo trabalho pelo qual os bens são produzidos. De forma geral, o bom senso está bem de acordo com a teoria econômica atual. De acordo com o bom senso idealizado, a prosperidade econômica está no consumo irrestrito de bens, sem trabalho algum; enquanto que a aflição econômica máxima é o trabalho não-remunerado. Os homens instintivamente se revoltam contra os esforços direcionados para abastecer a vida.

Ninguém vai aceitar essa proposição quando dita de forma tão patente, mas, da forma em que está, é uma hipótese no subtexto dos escritos de economistas eminentes. Se tal aversão ao esforço útil é uma parte integral da natureza humana, então o caminho da serpente do Éden deveria estar visível a todos os seres humanos, porque esta é uma distinção única de nossa espécie. Uma aversão consistente a qualquer atividade que se direciona a sustentar a vida com certeza não é encontrada em nenhuma outra espécie animal. Sob o processo seletivo pelo qual as espécies emergem e ganham sua estabilidade, não há chance de sobrevivência para espécies dotadas de tal aversão à melhoria de seus processos vitais. Se apenas o ser humano é uma exceção da norma seletiva, então essa propensão alienígena deve ter se intrometido na constituição de seus desejos por um maligno *deus ex machina*.

Ainda assim, apesar desse aparente absurdo, esse fato existe. Com sinceridade maior ou menor, as pessoas realmente confessam ter uma aversão ao esforço útil. Esta confissão não cobre todo tipo de esforço, apenas aqueles que são práticos; mais particularmente, o esforço vulgarmente reconhecido como trabalho eficaz. Uma repugnância menor é expressa em relação ao trabalho que traz ganhos sem dar um produto de uso humano, como, por exemplo, o trabalho dirigido à guerra, à política, ou outros empregos de natureza similar. E ninguém confessa ter aversão a esportes ou outros empregos similares que não rendem nem um ganho pecuniário ou um produto útil. Ainda assim, o fato de que uma linha de trabalho é inútil não a salva de ser odiosa, como é demonstrado no caso do trabalho servil; muito deste trabalho não serve para nada, mas é repugnante para todas as pessoas sensíveis.

O "homem econômico", cujos delineamentos foram traçados pelos economistas clássicos e preenchido pelos caricaturistas, é uma anomalia no mundo animal; ainda assim, a julgar pelas expressões populares de inclinação, este retrato não está seriamente descoberto. Mas se esse homem econômico serve como um figurino que deve ser vestido pelas doutrinas econômicas, cabe à ciência explicar quais são suas limitações e como ele alcançou essa emancipação da lei da seleção natural. Sua emancipação da lei é, de fato, mais aparente do que substancial. A diferença nesse respeito entre o homem e seus competidores ocasionais na luta pela sobrevivência não está em um ajuste menor de suas propensões à vida de sua espécie, mas em um ajuste maior. Ele se distanciou de todas as outras espécies nesse respeito há tanto tempo que ele agora pode, sem prejudicar a sobrevivência da espécie humana, apostar de forma rápida e livre com a base espiritual de sua sobrevivência.

Assim como outros animais, o homem é um agente que age em resposta a estímulos presentes no ambiente em que ele vive. Assim como outras espécies, o homem é uma criatura de hábitos e disposições. Mas, em um grau maior que outras espécies, o homem digere mentalmente o conteúdo dos hábitos que guiam seus atos e aprecia as tendências desses hábitos e disposições. Ele é, num sentido ilustre, um agente inteligente. Por necessidade seletiva, ele está dotado de uma proclividade para a ação proposital. Ele possui um senso discriminador de propósito, pelo qual toda a futilidade da vida ou de suas ações lhe é repugnante. Pode haver uma divergência grande entre como os indivíduos entendem a forma e a direção que esse impulso se expressa, mas o impulso em si mesmo não é um problema de idiosincrasia: é uma característica geral da natureza humana. Ocorrem casos nos quais essa proclividade para a ação proposital não está presente, ou está em níveis muito baixos. As pessoas dotadas dessa característica degenerativa são classificadas como "sujeitos defeituosos". As linhas de descendência que carregam essa natureza humana defeituosa murcham e decaem mesmo nas circunstâncias mais propícias da vida moderna. A história de famílias que dependem da hereditariedade ou que têm tais defeitos é evidente deste efeito.

A maior vantagem do ser humano em relação às outras espécies está no fato de que, na luta pela sobrevivência, o ser humano tem maior facilidade de levar em conta as forças ambientais. É graças a essa proclividade de transformar os meios materiais da vida que ele detém uma posição de senhorio sobre a criação. Esta não é uma proclividade de esforço, mas de conquista – o cumprimento de um fim. Seu primado é, em última instância, um primado industrial ou econômico. Na sua vida econômica, o homem é um agente, não um absorvente passivo; ele é um agente procurando em todos os atos o cumprimento de um fim concreto, objetivo e

impessoal. Assim como a norma predominante de ação guia a vida de todos os seres humanos no uso das coisas materiais, ela também deve servir como o ponto de partida de qualquer ciência que tem por objetivo ser uma teoria dos processos da vida econômica. Dentro da competência da teoria econômica, a análise última de qualquer fenômeno deve retornar ao impulso humano ubíquo de “o que fazer depois”.

Tudo isso parece contradizer o que foi dito anteriormente sobre a aversão convencional ao trabalho. Mas a contradição não é tão óbvia como aparenta ser. Sua solução está no fato de que a aversão ao trabalho é, em grande parte, uma aversão convencional apenas. Nos intervalos de reflexão sóbria, quando não está sendo importunado pelo excesso de trabalho, o bom senso humano age inequivocamente sobre a orientação do instinto do trabalho eficaz. Eles gostam de ver os outros investirem sua vida em algum propósito e eles gostam de pensar que a sua própria vida é de certa forma útil. Todos os seres humanos têm este sentido semiestético de mérito laboral ou econômico e, graças a esse sentido de mérito econômico, a futilidade e a ineficiência lhes são repugnantes. Em sua expressão positiva, é um impulso ou um instinto de trabalho; negativamente, ela se expressa numa repugnância pelo desperdício. Este sentido de mérito e demérito a respeito do progresso ou impedimento material da vida aprova o ato efetivamente econômico e desaprova a futilidade econômica. Não é necessário apontar em detalhes a relação próxima entre essa norma de mérito econômico e a norma ética de conduta de um lado, e a norma estética de gosto de outro. É bem relacionada a ambas destas, tanto em relação à biologia quanto ao escopo e método de seus resultados.

Este instinto do trabalho aparentemente está em conflito absoluto com a antipatia convencional ao esforço útil. Os dois estão em completo desacordo entre as pessoas na média; mas sempre que ocorre um julgamento deliberado sobre condutas ou eventos, o primeiro afirma sua primazia de forma penetrante, o que sugere ser a característica mais geral, mais perene da natureza humana. Mal pode haver uma questão séria de precedência entre os dois. O primeiro é uma característica humana necessária à sobrevivência da espécie; o segundo é um hábito de pensamento possível apenas numa espécie que se distanciou de todos os competidores e então prevalece com tolerância e dentro dos limites colocados pelo anterior. A questão entre eles é “a aversão ao trabalho deriva do instinto de trabalho?” e “como ele surgiu e ganhou consistência apesar de estar em desacordo com aquele instinto?”

Até recentemente houve um certo consenso entre aqueles que escrevem sobre culturas primitivas, ao ponto de concordar que o ser humano, como ele primeiro emergiu no plano propriamente humano, tinha uma disposição contenciosa, inclinada a isolar seus interesses e propósitos dos de seus semelhantes, tendente a feudos e

brigas. Assim, mesmo quando a suposição de que os homens são por proclividade natural inclinados a agir, existe uma presunção evidente de que essa proclividade natural à ação é de natureza destrutiva. É defendido que os seres humanos são inclinados à luta, não ao trabalho – que a finalidade de uma ação normal é causar dano, não reparar. Esta suposição faria com que a proclividade à ação proposital ser um impulso esportivo ao invés de ser laboral. Qualquer tentativa de encaixar essa visão em um esquema evolucionário de cultura implicaria que na fase pré-humana ou protoantropoide sua raça era predadora. Assim, a fase inicial da cultura humana, e seu desenvolvimento cultural posterior, é substantivamente do tipo predatório.

Existe muito a dizer sobre essa suposição. Se a humanidade é por derivação uma raça não de trabalhadores, mas de esportistas, então não há necessidade de explicar a aversão convencional ao trabalho. O trabalho é pouco esportivo e, portanto, vil. A perplexidade emerge ao explicar como os seres humanos conseguiram conciliar uma vida além da predatória. Apesar da conveniência imediata desta suposição, ela é também confirmada por muitas evidências. A maioria dos povos em um estágio menos desenvolvido de cultura do que o nosso têm hábitos mais predatórios. A história da humanidade, como registrada convencionalmente, é uma narrativa de proezas predatórias e essa história não é comumente mal informada ou parcial. Uma inclinação esportiva à guerra é também encontrada em quase todas as comunidades modernas. Similarmente, o senso de honra, assim chamado ao se referir ou à honra individual ou nacional, é também uma expressão de esportividade. A prevalência de noções de honra pode, portanto, ser evidência nessa mesma direção. E, como se fortalecesse ainda mais a relação de esportividade com a antiguidade e a posições prescritivas, o senso de honra é também notavelmente mais vívido em comunidades de uma cultura um pouco mais arcaicas do que a nossa.

Ainda assim, existe um corpo considerável de evidência, tanto da história cultural e do fenômeno hodierno da vida humana, que atravessa essa visão convencionalmente aceita de que o ser humano é geralmente um esportista. Obscura, mas persistentemente, através da história da cultura humana, o grande corpo de pessoas, em todos os lugares, em suas vidas diárias, trabalhou para fazer com que as coisas sejam preparadas para o uso humano. O alvo próximo de toda melhoria industrial tem sido a melhor performance de algumas tarefas trabalhosas. Necessariamente esse trabalho tem, por outro lado, procedido na base de um interesse apreciativo no trabalho a ser feito; porque não há outra fundação para obter nada melhor que a performance sem direção de uma tarefa. E necessariamente também, por outro lado, a disciplina do trabalho agir para desenvolver uma atitude laboriosa. Não compensa dizer que o trabalho realizado é inteiramente devido à

compulsão de um regime predatório, porque os avanços mais chocantes a esse respeito aconteceram onde a força coercitiva de exploração esportiva foi menor.

A mesma suposição surge de expressões de bom senso. Como já foi dito, sempre quando eles refletem de forma desapassionada sobre o valor da conduta humana, o trajeto normal de homens maduros dá preferência ao trabalho ao invés do esporte. Na melhor das hipóteses, eles tomam uma atitude apologética em relação ao último. Isso é bem visto no presente (maio de 1898, [durante a Guerra Hispano-Americana]) distúrbio do temperamento popular. Enquanto que pode ser tomado como garantido que o ataque bélico desta comunidade é substancialmente um acesso de exaltação esportiva, deve se notar que quase todos os que defendem a guerra se esforçam em encontrar algum motivo colorido de outro tipo. A exploração predatória, simples como ela é, não precisa legitimar a si própria, como deve ser na apreensão de qualquer espécie caráter primariamente predatório. O que encontra aprovação sem sentido é que tal conduta avance a vida humana no todo, ao invés do avanço de interesses invejosos ou predatórios de um contra o outro.

Os hábitos mais antigos e consistentes da espécie vão ser melhor asseverados quando os homens não estiverem sob o stress de irritação instantânea. Sob tais circunstâncias, a inclinação antiga pode até mesmo trazer a baixo os cânones convencionais de conduta. A virada de mente arcaica que inclina os homens a recomendar a operacionalidade trabalhosa como o resultado de habituações longas e consistentes a um curso de vida de tal caráter refletido nessa inclinação.

A vida do homem é composta de atividades; e, assim como ele age, ele também pensa e sente. É necessariamente assim, já que é o agente humano que cria o pensar e o sentir. Assim como outras espécies, o ser humano é uma criatura de hábitos e disposições. Ele age sob a orientação das disposições que lhes foram impostas pelo processo de seleção que o diferenciaram de outras espécies. Ele é um animal social; e o processo seletivo pelo qual ele adquire a formação espiritual de um animal social ao mesmo tempo o fez substancialmente um animal pacífico. A raça pode ter se distanciado da posição pacífica antiga, mas, mesmo agora, os traços de uma tendência pacífica nos hábitos e sentimentos humanos do dia-a-dia são visíveis o suficiente. Sangue e morte, mesmo de animais menores, normalmente perturbam pessoas inexperientes com uma revulsão enfastiante. No curso normal das coisas, o hábito de complacência com a matança vem apenas como resultado de disciplina. O ser humano se diferencia das bestas predatórias nesse aspecto. Ele se diferencia, é claro, de forma mais ampla nesse respeito das bestas solitárias, mas, mesmo entre os animais gregários, seus parentes espirituais não são encontrados entre os carnívoros. Em sua forma desarmada e no baixo grau de força muscular necessário para se especializar em lutar, assim como na sua aversão instintiva ao contato hostil com as

bestas ferozes, o ser humano deve ser classificado com os animais que devem sua sobrevivência a uma atitude de evitar conflito direto com seus competidores, ao invés daqueles que sobrevivem por meio de conquista e consumo dos seus rivais.

“O Homem é a mais fraca e indefesa de todas as criaturas” e, de acordo com a Lei da Selva, é seu dever adquirir conhecimento, idealizar e transformar coisas para descobrir relações que são incompreensíveis aos outros animais. Sem ferramentas ele não é um animal perigoso, na média. Ele não se tornou um animal formidável até fazer alguns avanços consideráveis na confecção de instrumentos de combate. Nos dias passados, antes que as ferramentas fossem usadas efetivamente – isto é, durante a maior parte do período de evolução humana – o homem não poderia ser primariamente um agente de destruição ou um perturbador da paz. Ele tinha disposição pacífica e resignada pela força das circunstâncias. Com o uso das ferramentas, a possibilidade de adquirir uma disposição diferente gradualmente se inicia, mas mesmo assim as circunstâncias favorecendo o crescimento de uma disposição contenciosa murcharam gradual e parcialmente. Os hábitos da vida da espécie ainda presumiam um caráter pacífico e laboral, ao invés de contencioso e destrutivo. As ferramentas e instrumentos, nos dias iniciais, devem ter servido principalmente para moldar fatos e objetos para uso humano, ao invés de infligir dano e desconforto. A indústria se desenvolveu antes que fosse possível para um grupo de homens viver às custas de outro; e, durante a evolução prolongada da indústria antes desse ponto alcançar a disciplina da vida associada, ela ainda progrediu consistentemente na direção da eficiência industrial, tanto em relação às características físicas e mentais do ser humano e em relação à sua atitude espiritual.

Por meio de seleção e treino, a vida diária do homem, antes que o modo de vida predatório fosse possível, agiria para desenvolver e conservar nele o instinto do trabalho. A adaptação ao ambiente exigida foi do tipo laboral; ela determinou que os seres humanos facilitassem em transformar coisas e situações para uso humano. Isso não significa que a transformação de coisas pelos indivíduos para uso individual seja simples; por que o homem arcaico era necessariamente um membro de um grupo, e, durante esse estágio inicial, quando a eficiência laboral ainda era ínfima, nenhum grupo poderia ter sobrevivido exceto na base de um sentido de solidariedade forte o suficiente para deixar o interesse próprio no plano de fundo. O interesse próprio só pode ser um guia aceitável de ação em um estilo de vida predatório, e uma vida predatória só é possível após do uso e confecção de ferramentas se desenvolver a tal ponto de criar um grande excesso de produto, além do que é requerido para o sustento dos produtores. Subsistência por predação implica em algo substancial para predar.

O homem primitivo foi membro de um grupo cuja sobrevivência dependia da eficiência laboral de seus membros e de sua singularidade de propósito em fazer uso dos materiais à mão. Algum nível de competição entre os grupos pela posse dos frutos da terra ou por localizações vantajosas existiu mesmo num estágio relativamente primitivo, mas o contato mais hostil entre os grupos não poderia ocorrer; não o suficiente para moldar hábitos dominantes de pensamento.

O que os homens podem fazer de forma fácil é o que eles fazem de forma habitual e isso decide o que eles podem pensar e conhecer facilmente. Eles se sentem confortáveis com um leque de ideias que lhes são familiares através de seus hábitos, sua linha habitual de ação. Uma linha habitual de ação constitui uma linha habitual de pensamento e guia o ponto de vista pelo qual os fatos e eventos são apreendidos e reduzidos a um corpo de conhecimento. O que é consistente com o curso habitual de ação é consistente com a linha habitual de pensamento e isso cria o campo definitivo de conhecimento assim como o padrão convencional de complacência ou aprovação em qualquer comunidade. Por outro lado, um processo ou método de vida, uma vez entendido e assimilado na mente, trabalha no esquema da vida e se torna uma norma de conduta simplesmente porque o agente pensante e experiente é também o agente que atua. Tudo isso se aplica com força adicional onde a habituação não é simplesmente individual e esporádica, mas é impelida no grupo ou raça por uma eliminação seletiva dos indivíduos e linhagens que não se conformam como o cânone de conhecimento e conduta. Onde isso ocorre, a proclividade adquirida passa do estado de hábito ao de aptidão ou disposição. Ela se torna uma característica transmissível e, agindo sob essa orientação, torna-se certo ou errado. Quanto maior e mais consistente for o processo de adaptação seletiva pela qual as aptidões emergem, mais firme será a aptidão resultante, e mais contestada se torna a sanção do cânone de conduta resultante.

Assim, em relação com os meios materiais e vida, o cânone de pensamento e conduta que foi assim forçado sobre o homem primitivo é o que chamamos de instinto do trabalho eficaz. O interesse com que os homens assimilam fatos econômicos na base de suas disposições, nos dias anteriores à popularização de comportamentos predatórios, não foi primeiramente de um caráter autorreferencial. A dominância necessária de um senso de solidariedade apareceu antes. O processo seletivo elimina linhagens mal dotadas de um viés autorreferencial. Ainda assim, houve alguma emulação entre indivíduos, mesmos nos grupos mais indigentes e pacíficos. Da prontidão com que um esquema de emulação é introduzido onde as circunstâncias favorecem seu desenvolvimento, parece provável que a proclividade para emulação também apresentou nos dias iniciais força suficiente para se asseverar à medida que as exigências da vida primitiva do grupo permitiriam. Mas essa emulação não pode ir

na direção de uma aquisição individual ou acumulação de bens, ou de uma vida consistentemente dada a ataques e tumultos. Seria uma emulação como é encontrada entre os animais gregários pacíficos; isto é, foi primeira e principalmente uma emulação sexual, ocorrendo com maior ou menor regularidade. Além disto, deve haver também alguma disputa na distribuição de bens, mas nem isso e nem a rivalidade da subsistência poderiam ter sido o tom dominante da existência.

Sob os cânones de conduta impostos pelo instinto do trabalho eficaz, a eficiência e a operacionalidade emergem como virtudes e a ineficiência e a futilidade são odiosas. O homem contempla sua própria conduta e a dos seus vizinhos e a pode julgar como complacente ou crítica. O grau de efetividade com o qual ele se julga com o padrão aceitável de eficiência determina em grande parte sua autoestima e sua situação. Uma discrepância ampla ou persistente nesse respeito é uma fonte de desconforto espiritual abundante.

O julgamento pode ser, desta forma, passado com base na intenção do agente ou da operacionalidade do ato. No caso anterior, o prêmio do mérito ou demérito é classificado como moral; e com o prêmio do mérito deste tipo de papel não importa. Em relação à operacionalidade ou eficiência, os seres humanos não apenas consideram o pensamento de primeira mão dos fatos de sua própria conduta; eles também são sensíveis a críticas ou aprovação dos outros. Não apenas é a consciência imediata do alcance de um propósito gratificante e estimulante, mas também a imputação de eficiência pelos pares de alguém é talvez tão gratificante ou estimulante quanto.

A sensibilidade às críticas ou aprovações é um assunto de necessidade seletiva sob tais circunstâncias. Sem isso, nenhum grupo de seres humanos pode levar uma vida coletiva em um ambiente material que requer moldagem aos fins humanos. A esse respeito, novamente, o homem demonstra uma relação espiritual com os animais gregários ao invés das bestas predadoras solitárias.

Sob a orientação deste gosto por trabalho honroso, os homens são comparados uns com os outros e com os ideais aceitos de eficiência. Eles são vistos e julgados de acordo com o bom senso de seus semelhantes, num esquema convencional de mérito ou demérito. A imputação de eficiência necessariamente procede de evidência da eficiência. A conquista visível de uma pessoa é, portanto, comparada com a de outra e o prêmio da estima vem habitualmente aos outros por meio de uma comparação invejosa de pessoas ao invés de um dado imediato da linha de conduta dada ao fim de ação aprovado. O campo de estima muda de uma apreciação direta da expediência da conduta para uma comparação das habilidades de diferentes agentes. Ao invés de uma valoração da operacionalidade, existe uma valoração de capacidade com base no sucesso visível. E o que vem a ser

comparado invejosamente entre agentes é a força que o agente é capaz de aplicar, ao invés da utilidade da conduta do agente. Assim, a respeito de como a estima recompensada à operacionalidade se transforma em uma comparação estimada e invejosa de um agente com outros, o fim em questão tenderá a mudar de expediência ingênua à manifestação de capacidade ou força. Torna-se o fim imediato do esforço de pôr em evidência o poder, ao invés de alcançar um fim impessoal em si mesmo, simplesmente como um item de uso humano. Assim, enquanto em suas expressões mais imediatas da norma de gostos econômicos se separa como um impulso do trabalho ou um gosto por utilidade e um desgosto por futilidade, sob quaisquer circunstâncias dadas da vida associada se transforma em algum grau uma tomada de caráter de uma demonstração emuladora de força.

Já que a imputação da eficiência e de mérito invejoso se substancia através da evidência do sucesso visível, a aparência do mal deve ser evitada a fim de escapar da vergonha. Na cultura selvagem primitiva, enquanto o grupo é pequeno e as condições favoráveis à vida predatória ainda não se concretizaram, a emulação resultante entre os membros do grupo vai principalmente para a eficiência laboral. Portanto, a aparência da incapacidade laboral deve ser evitada. É nessa direção que a força ou capacidade pode ser posta em evidência mais consistentemente e com o melhor efeito para o bom nome do indivíduo. É, portanto, nessa direção que um padrão de mérito e um cânone de conduta meritória vai se desenvolver. Mas para um crescimento da emulação no uso produtivo do cérebro e dos músculos, o grupo pequeno, grosseiro e pacífico de selvagens não é terreno fértil. A situação não favorece um espírito emulador vigoroso. As condições favoráveis ao crescimento de um hábito de demonstração de força emulativa são (1) a recorrência frequente de conjecturas que clamam por uma tensão maior e súbita, e (2) a exposição do indivíduo a um ambiente humano grande e mutável que busca aprovação. Essas condições não são eventualmente realizadas nos níveis mais baixos de selvageria, como a cultura humana deve ter sido nos dias primordiais das ferramentas. Concomitantemente, pouco do espírito emulador é visto nas comunidades que, em termos relativos, mantiveram sua constituição arcaica e pacífica, ou que decaíram de uma forma superior de cultura. Em tais comunidades, um padrão baixo de cultura anda junto com o conforto, assim como uma ausência relativa de inveja e gradações de posição. Noções de posição econômica e discriminação entre pessoas, em relação a possessões ou confortos, são quase sempre, se não sempre, mantidas em suspensão.

Com um desenvolvimento posterior do uso de ferramentas e do comando humano sobre as forças do meio ambiente, os hábitos da vida do grupo selvagem mudam. Há maiores chances de agressão, tanto ao perseguir uma caça e no conflito

entre grupos. Assim como a eficiência laboral do grupo aumenta e as armas são aperfeiçoadas, os incentivos à agressão e às oportunidades de conquista aumentam. As condições favoráveis à emulação são encontradas de forma mais completa. Com a densidade populacional crescendo por causa de uma eficiência industrial maior, o grupo passa, pela força das circunstâncias, da condição arcaica de paz pobre a um estágio de vida predatória. Este estágio de luta – o começo do barbarismo – pode envolver predação agressiva, ou o grupo simplesmente entra na defensiva. Um ou outro, ou ambas as atividades – e comumente ambas, sem dúvida – serão forçados no grupo, sob a ameaça de extermínio. Este é aparentemente o curso normal da evolução social primitiva.

Quando um grupo passa a esta fase predatória de seu desenvolvimento, os trabalhos que ocupam a atenção dos homens são os que envolvem exploração. A preocupação mais séria do grupo, assim como sua direção, na qual o efeito mais espetacular pode ser alcançado pelo indivíduo, é o conflito com outros humanos e bestas. Pode ser fácil fazer uma comparação expressiva entre os homens quando seu trabalho é uma série de explorações levadas contra esses adversários difíceis ou contra o movimento formidável dos elementos. A asserção de uma mão forte, a agressão bem-sucedida, normalmente de caráter destrutivo, torna-se a base aceitável de medir reputações. O interesse dominante da vida do grupo lança uma luz forte sobre este emprego meritório da força e sagacidade, enquanto que outras formas mais obscuras de servir à vida do grupo vão para o plano de fundo. O ânimo orientador do grupo se torna militante e as ações das pessoas são julgadas de acordo com o ponto de vista dos lutadores. O que é reconhecido, sem reflexão e erros, como útil e efetivo em tal grupo é a capacidade de luta e violência. Os grandes feitos se tornam o campo convencional de comparação invejosa entre indivíduos e a reputação se fundamenta em proezas.

À medida que a cultura predatória chega a um desenvolvimento completo, ocorre uma distinção entre os trabalhos. A tradição da proeza, como a virtude *par excellence*, ganha em escopo e consistência até que ela se torna próxima de ser reconhecida como a única virtude. Trabalhos somente são mais do que válidos e reputáveis quando envolvem o exercício desta virtude. Outros trabalhos, nos quais os seres humanos se ocupam como transformação pacífica de materiais inertes ao uso humano, tornam-se desprezíveis e acabam se tornando menores. O homem honroso não deve apenas mostrar capacidade para explorações predatórias, mas também deve evitar se envolver com as ocupações que não envolvem essa exploração. Os empregos seguros, que não envolvem destruição óbvia de vida e nenhuma coerção espetacular de antagonistas refratários, caem em ignomínia e são relegados aos membros da comunidade que são carentes em capacidade predatória; quer dizer,

aqueles que não têm força, agilidade ou ferocidade. A ocupação desses empregos afirma que a pessoa assim ocupada está aquém do módico decente de proeza que lhe é válido como um homem em boa posição. A fim de ter uma reputação imaculada, a aparência do mal deve ser evitada. Assim, o bárbaro capaz da cultura predatória, que se preocupa com sua reputação, severamente deixa toda joça chata às mulheres e aos menores do grupo. Ele dedica seu tempo nas artes viris da guerra e devota seus talentos para desenvolver meios e formas de perturbar a paz. Ali está a honra.

No esquema bárbaro da vida, os empregos pacíficos e laboriosos são trabalho de mulher. Eles implicam em força defeituosa, incapacidade de agressão ou devastação e são, portanto, de reputação pobre. Mas o que quer que seja aceitável como marco convencional de um problema ou um vício vem a ser apresentado como uma base intrinsecamente de reponsabilidade. Desta forma, as ocupações industriais são alvo de um ódio polido e são consideradas substancialmente ignóbeis. Elas são rudes. O trabalho leva uma marca, e toda a contaminação de empregos vulgares deve ser evitada por homens respeitáveis.

Onde a cultura predatória se desenvolveu em sua consistência completa, a apreensão de senso comum de que o trabalho é ignóbil evolui no refinamento posterior de que o trabalho é errado – para aqueles que já não eram inculpáveis. Daí certas características bem conhecidas de castas e tabus. No desenvolvimento cultural posterior, quando há acumulação mínima de riqueza e os membros da comunidade se dividiram numa classe servil e um lado e uma classe ociosa de outro, a tradição de que o trabalho é ignóbil ganha uma significância adicional. Não é apenas marca de uma força inferior, mas um pré-requisito dos pobres. Essa é a situação de hoje. O trabalho é moralmente impossível pela força da tradição antiga que foi herdada do barbarismo primitivo e é vergonhoso por causa de sua associação maligna com a pobreza. É indecoroso.

O desgosto do trabalho é um fato espiritual; ele está na indignidade da coisa. A fatualidade de seu desgosto é, obviamente, real e cogente por ser de um tipo espiritual. De fato, é mais substancial e irremediável nesta forma. O desgosto físico e emocional podem surgir apenas se o incentivo espiritual estiver presente. Testemunhe a atratividade da guerra, tanto ao bárbaro quanto ao jovem civilizado. O recital mais lugar-comum da experiência de uma campanha leva uma sugestão retumbante de privação, exposição, fadiga, vermes, fome, doença e morte pavorosa; sempre há relatos de que os incidentes e acessórios de guerra são porcos, feios, e hostis além de qualquer medida; ainda assim, a guerra é um trabalho atrativo se alguém estiver dotado de uma condição mental aceitável. A maioria dos esportes, e muitos outros

trabalhos educados que são difíceis, mas meritórios, demonstram evidências do mesmo efeito.

O desgosto físico é um fardo que os seres humanos normalmente não carregam se não forem reforçados pela sanção do decoro; mas é, de outra forma, o desgosto espiritual de tal trabalho que é condenado pelas boas maneiras. Isso é um fato cultural. Não há remédio para esse tipo de desgosto, a não ser uma subversão da estrutura cultural em que os nossos cânones de decência se encontram. Apelos podem ser, obviamente, feitos ao bom gosto e à consciência para deixar de lado a aversão convencional ao trabalho; tal apelo pode ser feito de tempos em tempos por pessoas bem-intencionadas e sanguíneas, e alguns resultados irregulares podem ser alcançados desta forma. Mas a cabeça do homem de bom senso, presente em qualquer lugar, pode estar presa pelos cânones do decoro de bom senso – a herança de uma linha cultural ininterrupta que vai até o começo da humanidade.

Traduzido por Rafael Galvão de Almeida